



RESULTADO DA ANÁLISE DE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR

O **Instituto Social da Cidadania Juscelino Kubitschek**, organizador do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cajari – MA, nos termos do Edital de Abertura nº 001/2026, torna público o resultado da análise dos recursos interpostos contra o gabarito preliminar das provas objetivas.

Das Disposições Gerais

Os recursos foram recebidos, protocolados e submetidos à apreciação de banca técnica especializada, observando-se rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e motivação que regem os certames públicos. Cada recurso foi individualmente analisado, sendo apreciados exclusivamente o mérito das alegações e os fundamentos técnicos e legais apresentados pelos candidatos.

Em conformidade com o disposto no Edital, somente foram apreciados os recursos que atenderam integralmente às seguintes condições:

- Interposição dentro do prazo e horário estabelecidos no cronograma oficial;
- Apresentação de um único recurso por questão impugnada;
- Preenchimento completo do formulário de requerimento (Anexo IV/V do Edital);
- Fundamentação clara, objetiva e devidamente embasada.

Os recursos que não observaram tais requisitos formais foram liminarmente desconsiderados, independentemente de seu mérito, conforme previamente estabelecido no Edital de Abertura.

Dos Recursos Deferidos

Os recursos julgados **procedentes** resultaram em uma das seguintes providências:

- **Alteração de gabarito:** a resposta preliminar foi substituída pela alternativa considerada correta após análise fundamentada. Os pontos serão atribuídos exclusivamente aos candidatos que marcaram a nova alternativa correta.
- **Anulação de questão:** nos casos em que a questão apresentou vício insanável de formulação, ambiguidade real que inviabilizou a identificação de uma única resposta correta, ou erro técnico-conceitual comprovado. Os pontos das questões anuladas serão atribuídos **a todos os candidatos**, independentemente da resposta assinalada ou de ausência de resposta.

Dos Recursos Indeferidos

Os recursos julgados **improcedentes** são aqueles cujas alegações, após análise técnica fundamentada, não reuniram elementos suficientes para demonstrar erro, imprecisão ou vício na questão impugnada ou no gabarito divulgado.



Nesses casos, o gabarito preliminar é **confirmado e mantido inalterado**, e os pontos serão atribuídos exclusivamente aos candidatos cujas respostas estejam em conformidade com o gabarito oficial.

O indeferimento não implica desconsideração dos argumentos apresentados — todos foram analisados com o rigor técnico devido —, mas reflete a conclusão fundamentada de que a questão impugnada foi elaborada em conformidade com os princípios da objetividade, da vinculação ao conteúdo programático e da precisão conceitual exigidos em concursos públicos.

Da Vinculação ao Edital e à Banca Examinadora

Ressalta-se que as decisões proferidas pela banca examinadora do Instituto JK são **soberanas e definitivas** no âmbito administrativo do concurso, nos termos do Edital de Abertura nº 001/2026. As respostas aos recursos foram elaboradas com base nos referenciais teóricos, legais e doutrinários pertinentes a cada área de conhecimento avaliada, constituindo fundamentação técnica irrecorrível na esfera administrativa do certame.

Das Considerações Finais

O Instituto JK reafirma seu compromisso com a transparência, a isonomia e a excelência técnica na condução do presente concurso público, garantindo a todos os candidatos tratamento igualitário e processo avaliativo rigorosamente pautado nos termos do edital.

As respostas individualizadas a cada recurso interposto encontram-se disponíveis nos anexos que acompanham este documento, identificadas por cargo, número da questão e a solicitação recorrente.



CARGO: PROFESSOR DE PORTUGUÊS ANOS FINAIS

RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
02	ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	<p>INDEFERIDO.</p> <p>Os candidatos requerem a alteração do gabarito, alegando que o texto "Limites para a Inteligência Artificial nas Escolas" pertence ao gênero notícia, por apresentar linguagem objetiva e relatar um fato recente, e não ao gênero editorial. Entretanto, embora o texto esteja inserido na esfera jornalístico-midiática e tenha sido adaptado de uma publicação, a questão solicita a classificação do gênero textual do texto apresentado na prova. Na versão utilizada na avaliação, o texto não se limita à comunicação de um fato. Após informar a aprovação das diretrizes pelo Conselho Nacional de Educação, desenvolve uma análise de seus critérios de aplicação, diferencia níveis de risco, explicita limitações, destaca recomendações e enfatiza princípios como formação docente, inclusão digital e uso ético da inteligência artificial, características compatíveis com o gênero editorial.</p> <p>A notícia tem como finalidade principal relatar objetivamente um acontecimento recente, organizando-se em torno das informações essenciais, ou seja, a chamada pirâmide invertida (o quê, quem, quando, onde, como e por quê), sem aprofundamento analítico. No texto da prova, o fato inicial funciona apenas como ponto de partida para uma reflexão sobre as implicações das diretrizes para a educação, afastando-se da estrutura típica da notícia. Também não procede a alegação de inexistência de posicionamento institucional. No gênero editorial, esse posicionamento pode manifestar-se pela seleção, organização e hierarquização das informações, bem como pela valorização de determinados princípios.</p> <p>No texto em análise, a ênfase na educação midiática, na governança da inteligência artificial e nas recomendações para sua utilização evidencia uma perspectiva institucional, assinada pelo Jornal Folha de São Paulo, reforçada pelo APAGAMENTO DO SUJEITO-AUTOR, RECURSO CARACTERÍSTICO DO EDITORIAL, que confere ao texto autoridade institucional e aparência de neutralidade.</p> <p>Assim, o texto ultrapassa a função meramente informativa da notícia e assume caráter analítico e orientador, razão pela qual a classificação como editorial permanece CORRETA. Em avaliações de Língua Portuguesa, o reconhecimento e classificação do gênero textual deve considerar as características do texto efetivamente apresentado ao candidato.</p>
04	ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	<p>INDEFERIDO.</p> <p>O candidato fundamenta seu recurso em interpretações da Linguística Descritiva, citando autores como Ataliba de Castilho e Maria Helena de Moura Neves. Embora tais abordagens sejam reconhecidas na Linguística, elas não afastam a classificação adotada pela GRAMÁTICA NORMATIVA, referência utilizada NESTE CERTAME e em</p>



		<p>outros concursos públicos. Inclusive, o próprio Evanildo Bechara, citado no recurso, classifica a construção "Precisa-se de..." como caso de sujeito indeterminado, corroborando o gabarito da banca.</p> <p>O recurso confunde a classificação da GRAMÁTICA NORMATIVA com ABORDAGENS DESCRITIVAS e FUNCIONALISTAS DA LINGUÍSTICA. Não há divergência relevante entre os principais gramáticos normativos (Bechara, Celso Cunha e Lindley Cintra, Rocha Lima, Sacconi, dentre outros), que classificam "Precisa-se de..." como caso de sujeito indeterminado. Dessa forma, não há erro de elaboração, ambiguidade ou fundamento técnico que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.</p>
07	ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	<p>INDEFERIDO.</p> <p>A alegação do candidato baseia-se estritamente em um vício material ocorrido em seu caderno de provas específico "falha na impressão do meu caderno". Conforme as normas gerais e as diretrizes do Edital, é de inteira responsabilidade do candidato conferir o seu material no momento do recebimento. Caso seja identificada qualquer irregularidade física no caderno de questões - como falhas de impressão, páginas faltando ou textos ilegíveis, o candidato deve comunicar o fato imediatamente ao fiscal de sala para que seja providenciada a substituição do material.</p> <p>CABE REFORÇAR QUE A IMAGEM UTILIZADA NA QUESTÃO 07. É MERAMENTE ILUSTRATIVA, UMA VEZ QUE, O ENUNCIADO TRAZ DE FORMA REPETIDA AS PALAVRAS QUE DEVEM SER ANALISADAS PELO CANDIDATO PARA QUE O MESMO RESPONDA À QUESTÃO SEM PREJUÍZO ALGUM.</p>
11	ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	<p>INDEFERIDO</p> <p>A Banca Examinadora analisou o recurso referente à Questão 11 e concluiu que não há vício de formulação que justifique sua anulação.</p> <p>O recurso sustenta que haveria "ambiguidade referencial" porque o candidato poderia tomar "A descrição" como referência à fala do formador; porém, isso exige uma leitura contra o fluxo informativo do trecho, já que a fala entre aspas se opõe justamente à situação descrita. A prova exige que o candidato saiba identificar, em termos de teoria de currículo, que:</p> <ul style="list-style-type: none">• A situação inicial (currículo como lista neutra de conteúdos) remete à concepção tradicional. <p>A fala do formador, citada em seguida ("o currículo não é um simples rol de conteúdo..."), apresenta justamente uma crítica a esse cenário, aproximando-se de abordagens críticas do currículo, de modo que a oposição entre as duas perspectivas é clara e suficiente para que o candidato identifique o referente correto do termo "A descrição".</p> <p>Isso torna o Item I tecnicamente adequado e coeso; qualquer "dupla leitura" nasce de uma interpretação menos atenta do candidato, não de um vício de formulação. A questão mantém resposta única, clara e defensável.</p> <p>Diante disso, mantém-se o gabarito preliminar, permanecendo como correta a alternativa A.</p>
17	ANULAÇÃO DA	<p>INDEFERIDO.</p> <p>O pleito de anulação embasado em suposta polissemia do</p>



	QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	<p>verbo "tensionar" não encontra respaldo técnico no contexto da prova de conhecimentos pedagógicos. O candidato argumenta que "tensionar" poderia ser lido estritamente como "provocar atrito prejudicial" e que isso iria de encontro a uma gestão democrática.</p> <p>Na prática, o candidato desloca o sentido do verbo para o uso físico/psicológico cotidiano, ignorando o uso consolidado em Ciências Humanas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Em didática crítica, sociologia da educação e estudos de currículo, "tensionar" aparece como sinônimo de "problematizar, colocar em tensão crítica, questionar relações de poder e normas naturalizadas".• Uma gestão reflexiva que "tensiona e transforma" mensagens implícitas está alinhada à literatura que trata da problematização do currículo oculto, não a um cenário de "conflito estéril". <p>Ou seja, a polissemia do verbo é resolvida pelo contexto discursivo: em um enunciado sobre currículo oculto e gestão democrática, a leitura pertinente é a de problematização crítica. A assertiva V é, portanto, conceitualmente correta, e a escolha da alternativa que soma I, III e V permanece tecnicamente consistente.</p> <p>Logo, a questão 17 de Português permanece com o gabarito original e o pedido de anulação é indeferido.</p>
26	ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	<p>INDEFERIDO.</p> <p>O gabarito D é o único que considera simultaneamente os recursos verbais, imagéticos e o objetivo persuasivo da propaganda, interpretando corretamente o fenômeno da polissemia e da passagem da denotação para a conotação.</p> <p>O anúncio explora intencionalmente a polissemia da palavra "saia", produzindo um deslocamento semântico ao longo do texto.</p> <p>Em "Use saia", o termo saia é um substantivo, empregado em seu sentido denotativo, isto é, designa literalmente a peça do vestuário feminino, reforçada pela imagem da mulher usando uma saia.</p> <p>Em seguida, nas expressões "saia de dia", "saia de noite" e "saia de si", a palavra passa a funcionar como forma verbal do verbo "sair" (imperativo). Nesses casos, o sentido deixa de ser apenas literal e assume valor conotativo, sobretudo em "saia de si", expressão idiomática que sugere libertar-se das inseguranças, da repressão, dos padrões estéticos e das limitações impostas socialmente.</p> <p>Além disso, o slogan final "Não se reprima. Pense Light." confirma essa leitura, pois amplia o sentido da campanha: não se trata apenas de consumir um produto light, mas de adotar uma postura de maior liberdade e bem-estar. Assim, a propaganda articula linguagem verbal e imagem para associar o consumo do produto à ideia de autonomia, autoestima e liberdade.</p> <p>Por que as demais alternativas estão incorretas?</p> <p>A) Incorreta. Embora "Use saia" apresente inicialmente o termo em sentido denotativo, afirmar que ele é empregado "exclusivamente em sentido denotativo" ignora o jogo de palavras desenvolvido ao longo do anúncio, em que o mesmo vocábulo adquire novos sentidos.</p> <p>B) Incorreta. A expressão "Não se reprima" não é denotativa nem se refere literalmente ao controle alimentar. Trata-se de</p>



		<p>um enunciado claramente conotativo, que incentiva o rompimento com repressões pessoais e sociais.</p> <p>C) Incorreta. A repetição de "saia" não constitui mera redundância lexical. O anúncio explora justamente a mudança de classe gramatical (substantivo → verbo) e a polissemia, produzindo novos efeitos de sentido a cada ocorrência.</p>
29	ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	<p>INDEFERIDO.</p> <p>É a única alternativa que realiza corretamente a análise morfológica dos vocábulos, identificando: tranquilo e calmo como adjetivos qualificativos; opressões e sofrimentos como substantivos abstratos flexionados no plural.</p> <p>As demais alternativas apresentam erros objetivos de morfologia, formação de palavras ou classificação verbal, tornando a alternativa B a única resposta tecnicamente correta e, portanto, irrefutável.</p> <p>A) Incorreta.</p> <p>Afirma que "heroísmo" e "violência" são formados exclusivamente por derivação regressiva.</p> <p>Esse enunciado está incorreto por dois motivos: Embora ambos sejam substantivos, não apresentam o mesmo processo de formação.</p> <p>Heroísmo deriva do adjetivo heroico/herói por derivação sufixal (-ismo), formando um substantivo que indica qualidade, doutrina ou característica.</p> <p>Violência deriva do adjetivo violento (ou do radical latino correspondente) por derivação sufixal (-ência).</p> <p>A derivação regressiva ocorre quando há redução da palavra primitiva, geralmente originando substantivos deverbiais, como pescar → pesca, atacar → ataque, o que não ocorre com esses vocábulos.</p> <p>Logo, a alternativa contém um erro conceitual sobre formação de palavras.</p> <p>C) Incorreta.</p> <p>A alternativa afirma que "quimeras" exerce função adverbial. Isso é gramaticalmente impossível.</p> <p>Na construção: <i>"Tinha marchado atrás de coisas fora da realidade, de quimeras."</i></p> <p>quimeras é um substantivo comum, núcleo do sintagma preposicionado "de quimeras".</p> <p>O termo não modifica verbo, adjetivo ou outro advérbio, requisito indispensável para exercer função adverbial.</p> <p>O valor de "irrealidade" decorre de seu significado lexical, não de sua classificação morfológica.</p> <p>D) Incorreta.</p> <p>A alternativa afirma que "fazia" está no pretérito perfeito do indicativo.</p> <p>Isso contraria a conjugação verbal.</p> <p>A forma fazia pertence ao: pretérito imperfeito do indicativo.</p> <p>Esse tempo verbal expressa: ação habitual; ação contínua;</p>



		<p>ação durativa; descrição de estados passados. No trecho: <i>"Era assim que se fazia a vida, a história e o heroísmo..."</i> o imperfeito possui justamente valor generalizante, indicando uma forma recorrente de construção da história, e não uma ação pontual e concluída, característica do pretérito perfeito.</p>
32	ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	DEFERIDO PARA ANULAÇÃO.
33	ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	INDEFERIDO. A alternativa C identifica, com rigor sintático, a coexistência de dois processos estruturantes do período composto: a subordinação e a coordenação. No segmento "Quando todos duvidaram", a conjunção subordinativa "quando" introduz uma oração subordinada adverbial temporal, responsável por indicar a circunstância temporal em que ocorre a ação principal. Já na oração principal — "ele repartiu os pães e os peixes entre a multidão" — ocorre uma relação de coordenação aditiva entre os elementos "os pães" e "os peixes", ligados pela conjunção "e", constituindo uma estrutura coordenada de mesma função sintática dentro do predicado verbal. As demais alternativas apresentam incorreções técnicas: a alternativa A classifica erroneamente a oração temporal como subordinada substantiva; a alternativa B atribui equivocadamente função de adjunto adnominal e relação coordenativa a uma oração subordinada substantiva objetiva direta; a alternativa D interpreta incorretamente a conjunção "e" como conclusiva, quando, no contexto, ela exerce valor coordenativo aditivo.
34	ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	INDEFERIDO. A alternativa C viola uma das regras mais elementares da colocação pronominal prevista pela norma-padrão. Trata-se de um caso em que a gramática normativa é objetiva, não havendo margem para dupla interpretação. Fundamentação técnica A questão solicita a alternativa em que a colocação pronominal está "plenamente adequada ao registro formal culto, sem incorrer em violação das regras de próclise, mesóclise ou ênclise." Alternativa A — CORRETA Jamais se lhe atribuiriam responsabilidades tão gravosas sem a comprovação inequívoca de dolo administrativo. A construção observa rigorosamente a norma-padrão. O advérbio "jamais" é uma palavra de sentido negativo, classificada pelas gramáticas normativas como fator obrigatório de próclise. Assim: Jamais se lhe atribuiriam... É exatamente a construção prescrita por gramáticos como Evanildo Bechara, Celso Cunha & Lindley Cintra, Rocha Lima e José de Nicola.



		<p>Além disso: se funciona como pronome apassivador (ou índice de indeterminação, conforme a análise adotada); Ihe é pronome oblíquo indireto; ambos aparecem corretamente antes do verbo em razão da atração exercida por jamais. Não há qualquer infração às regras de colocação pronominal.</p>
35	ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	<p>INDEFERIDO. Não há ambiguidade nem conflito doutrinário capaz de justificar anulação da questão. As proposições I, II, III, V e VI reproduzem classificações sintáticas consolidadas pela gramática normativa. A proposição IV reconhece simultaneamente um desvio em relação à norma-padrão ("no tarde da vida", em lugar de "na tarde da vida") e a preservação da função sintática do segmento como adjunto adverbial de tempo, observação compatível com a distinção entre correção normativa e função sintática. Já a proposição VII incorre em erro objetivo ao afirmar que um vocativo passaria a integrar o sujeito da oração, hipótese incompatível com a doutrina gramatical, segundo a qual o vocativo é termo independente, sem integrar a estrutura sintática do sujeito ou do predicado. Assim, a única alternativa compatível com a análise sintático-discursiva rigorosa do período é a letra D, inexistindo vício de formulação, dupla interpretação relevante ou divergência doutrinária apta a ensejar alteração do gabarito ou anulação da questão. Fundamentação técnica O período é: "Este livro foi escrito por uma mulher que no tarde da vida recria e poetiza sua própria vida." Sua estrutura sintática pode ser assim representada:</p> <ul style="list-style-type: none">• Oração principal:<ul style="list-style-type: none">○ Este livro = sujeito paciente;○ foi escrito = locução verbal na voz passiva analítica;○ por uma mulher... = agente da passiva.• Oração subordinada:<ul style="list-style-type: none">○ que no tarde da vida recria e poetiza sua própria vida○ introduzida por pronome relativo. <p>Proposição I — CORRETA O período é composto por subordinação, sendo a oração iniciada por "que" classificada como subordinada adjetiva restritiva... Perfeitamente correta. A oração: que no tarde da vida recria e poetiza sua própria vida restringe o referente "mulher", não estando isolada por vírgulas. Segundo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Bechara;• Cunha & Cintra;• Rocha Lima;• Azeredo. <p>orações relativas sem vírgulas são subordinadas adjetivas restritivas.</p>



Além disso, modificam um nome, desempenhando função equivalente à de um **adjunto adnominal**, embora possuam natureza oracional.

Nada há de incorreto.

Proposição II — CORRETA

"foi escrito" configura voz passiva analítica...

Exatamente.

Estrutura:

- sujeito paciente:
 - **Este livro**
- verbo auxiliar:
 - **foi**
- participípio:
 - **escrito**
- agente da passiva:
 - **por uma mulher**

Segundo toda a gramática normativa, trata-se da clássica voz passiva analítica.

O agente da passiva é termo integrante da oração. Portanto, correta.

Proposição III — CORRETA

O pronome relativo "que" exerce simultaneamente função de sujeito...

Também correta.

Na oração relativa: **que cria e poetiza sua própria vida** - quem cria?

→ **que**

quem poetiza?

→ **que**

Logo, exerce função sintática de sujeito dos dois verbos.

Ao mesmo tempo, "que" retoma **mulher** estabelecendo:

- coesão referencial (anafórica);
- subordinação.

Essa dupla função é exatamente a função típica do pronome relativo.

Proposição IV — CORRETA

É justamente a proposição que pode gerar discussão, mas ela permanece correta.

O texto traz:

no tarde da vida

Na norma-padrão, o esperado seria:

na tarde da vida

Há evidente inadequação da contração:

- em + a → **na** e não
- em + o → **no**

Logo, existe desvio em relação à norma culta.

Entretanto:

Essa inadequação não altera a função sintática. O sintagma continua exprimindo circunstância temporal. Assim, permanece sendo interpretado como adjunto adverbial de tempo. Além disso, como se trata de texto literário, admite-se interpretação como estilização da linguagem.

Portanto, a proposição está tecnicamente correta.

Proposição V — CORRETA

Em: **sua própria vida**, temos:

núcleo:



		<ul style="list-style-type: none">• vida adjunto adnominal: <ul style="list-style-type: none">• sua Quanto ao termo: <ul style="list-style-type: none">• própria a própria gramática admite dupla leitura: <ul style="list-style-type: none">• adjunto adnominal;• reforço enfático do possessivo. Bechara e Cunha & Cintra tratam "próprio" empregado junto ao possessivo como elemento enfático. Logo, a proposição apenas registra interpretação aceita pela gramática. Está correta. Proposição VI — CORRETA Temos: recria e poetiza . Dois verbos ligados por: e Logo: coordenação sindética aditiva. Ambos exigem objeto direto. O complemento: sua própria vida serve simultaneamente aos dois verbos. O segundo verbo não repete o objeto. Há compartilhamento do complemento. A gramática tradicional descreve esse fenômeno como elipse do objeto no segundo verbo. Assim, a proposição está correta. Proposição VII — INCORRETA Afirma: Caso se inserisse um vocativo (...) o vocativo passaria a integrar o sujeito... Isso é falso. Exemplo: Leitor, este livro foi escrito... "Leitor" é vocativo. Segundo todas as gramáticas normativas: <ul style="list-style-type: none">• vocativo é termo independente;• não integra sujeito;• não exerce função sintática dentro da oração. O sujeito continua sendo: Este livro A inserção do vocativo não altera absolutamente a estrutura sintática da oração principal. Portanto, a proposição VII é manifestamente falsa corroborando com o gabarito apresentado sendo alternativa D.
40	ANULAÇÃO DA QUESTÃO OU MUDANÇA DE GABARITO.	INDEFERIDO. A alternativa A está correta porque identifica adequadamente o principal mecanismo expressivo responsável pela construção de sentido da campanha publicitária. Na peça, o tamborim destruído ultrapassa sua função denotativa e adquire valor simbólico, funcionando como representação metafórica: <ul style="list-style-type: none">• da interrupção abrupta da festividade carnavalesca;• da ruptura da alegria coletiva;• e, sobretudo, da destruição da vida ocasionada pela associação entre álcool e direção. Nesse contexto, a campanha mobiliza uma figura de pensamento de natureza metafórica, construída pela substituição simbólica entre o objeto material apresentado na



		<p>imagem e a ideia abstrata de morte, tragédia e perda social. As demais alternativas apresentam incorreções conceituais evidentes:</p> <ul style="list-style-type: none">• a alternativa B atribui equivocadamente caráter eufemístico e catacrético ao termo “mudança”, embora a campanha não suavize semanticamente a violência representada;• a alternativa C confunde recorrência temática social com pleonasma linguístico, inexistindo redundância estrutural na composição verbo-visual da peça;• a alternativa D identifica impropriamente hipérbato e anacoluto em um enunciado sintaticamente linear, sem ruptura estrutural da ordem lógica nem abandono do eixo sintático. <p>A eventual discussão quanto à denominação específica do instrumento retratado não compromete a resolução da questão. O enunciado não exige a identificação técnica do objeto, referindo-se de forma geral a “instrumento de percussão carnavalesco”. Além disso, a análise solicitada recai sobre sua função semântico-discursiva na campanha, e não sobre sua classificação.</p>
--	--	---